

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 21 de dezembro de 1999

Ano 1 Nº 20

Wan-Dall novo conselheiro do TCE

Deputados levam dois dias no processo de escolha dos novos conselheiros do Tribunal de Contas. Apenas Wilson Wan-Dall foi eleito. A outra vaga será decidida nas sessões extraordinárias dos dias 10 e 11 de janeiro.



(foto Giancarlo Borrolicci)

Após vários meses de expectativas e exaustivas negociações, que se estenderam em sessão especial até às 4 horas da madrugada desta terça-feira, a Assembléia em voto secreto escolheu o deputado Wilson Wan-Dall (PFL) para ocupar uma das vagas do Tribunal de Contas, abertas com a aposentadoria dos conselheiros Dib Cherem e Carlos Eduardo Caminha. O parlamentar disputou internamente com o colega de bancada Adelor Vieira, tendo sido eleito com 22 votos, em rito secreto, pelos deputados de oposição e alguns governistas. Ainda concorriam a vaga os deputados Ivan Ranzolin (PPB), Luiz Herbst e Ivo Konell (PMDB), este último com a candidatura impugnada por liminar até momentos antes da votação quando conseguiu

um agravo de instrumento, no qual garantiu o direito de participar do pleito. No entanto, apesar da conquista, declinou da candidatura. A outra vaga ficou para ser definida em sessão extraordinária no início da tarde (21), porém num acordo de lideranças ficou acertado que haverá auto-convocação nos dias 10 e 11 de janeiro para definir o segundo nome. Continuam na disputa da segunda vaga ainda os deputados Ivan Ranzolin, Luiz Roberto Herbst e Adelor Vieira.

Após a nomeação de Wan-Dall assume efetivamente o já suplente Clesio Salvaro (PFL) abrindo vaga para Julio Garcia, hoje ocupando a vaga de Paulinho Bornhausen que se encontra licenciado para estudos no exterior.

Aprovado orçamento para o ano 2000

O Plenário aprovou nesta terça-feira o Orçamento do Estado para o ano 2000, totalizando na globalidade recursos na ordem de R\$ 4, 3 bilhões. O relator da matéria e presidente da Comissão de Finanças, deputado João Rosa (PTB), acatou 513 das 524 emendas parlamentares apresentadas e 588 emendas oriundas do Orçamento Regionalizado. Do total de verbas prescritas no orçamento enviado pelo governo à Assembléia, R\$ 7, 5 milhões foram remanejados para as emendas dos deputados e outros R\$ 28, 5 milhões vão atender as proposi-

ções do Orçamento Regionalizado. João Rosa frisou que tomou cuidados para não desvirtuar o orçamento original, respeitando regras como não passar uma verba de uma região do Estado para outra e manter o mesmo programa, ou seja, não permitir que recursos sejam alterados entre secretarias estaduais.

Orçamento Regionalizado

Vários parlamentares de oposição protestaram pelo fato de que o grande número de emendas individuais inviabilizou o acatamento das propostas do

Orçamento Regionalizado. Pedro Uczai (PT) declarou que a forma de votação do Orçamento 2000 tirou a legitimidade das emendas do OR, enquanto Romildo Titon (PMDB) frisou que, em sua maioria, somente as emendas da base governista foram acatadas. Moacir Sopelsa (PMDB) disse que o OR é a voz de prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias e Jaime Mantelli (PDT) sentenciou que a Assembléia deve se decidir pela "mesmice da apresentação de emendas absurdas e a consolidação do orçamento regionalizado".

A história da árvore de Natal remonta aos antigos povos bárbaros do Norte europeu e se confunde com a lenda a árvore cósmica dos germanos e iugoslavos.

Esta árvore cósmica tinha suas raízes no mais fundo da terra e seus ramos mais altos alcançavam os céus. Em torno da árvore mítica a vida sempre renascerá, mesmo que a terra seja toda destruída. Numa de suas raízes corre o rio dos mortos e o próprio deus Odin cedeu a visão de um de seus olhos em troca de um gole nesta fonte de sabedoria. No cimo da árvore, um galo sempre atento, espera para anunciar a chegada dos gigantes. Em um de seus galhos, um esquilo sempre rói os brotos e uma águia sempre ataca o esquilo, e em sua base, sempre uma cabra pasta sua raiz e uma serpente sempre a ataca. Este é o conteúdo da mensagem da árvore cósmica: o equilíbrio entre a vida e a morte, o eterno fluxo da natureza. Em pleno solstício de inverno, quando a terra no hemisfério norte se mostra coberta de gelo, como se morte ou adormecida, o pinheiro é a árvore que se mantém sempre verde. E o rito de se enfeitar a árvore é uma representação arcaica do renascimento e do louvor à vida. E nós que, inconscientemente enfeitamos em nossas lares a árvore de Natal, reafirmamos mitos antigos, tenhamos à luz da consciência um renascer pleno e rico de vivências neste limiar do terceiro milênio.

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
 E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi
 Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021

ESPECIAL

Campanha "Abraço à Vida" quer diminuir mortes nas rodovias do Estado

Elaboração de um plano emergencial de operações preventivas e um projeto de comunicação para diminuir o número de acidentes.

Estar preparado não apenas para os 30% a mais de veículos que circulam nas rodovias catarinenses no verão, mas também dar continuidade às ações de segurança na estrada o ano inteiro. Este é o objetivo da campanha "Abraço à Vida", apresentada pelo deputado Ivan Ranzolin (PPB) ao presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB) na última quinta-feira. Participaram da reunião o secretário de Governo da Casa Civil, Celestino Secco; o vice-presidente da Comissão de Transporte da Assembléia Legislativa, deputado Reno Caramori (PPB), os diretores gerais do DER e Detran, Edgar Roman e Vanderlei Redondo, respectivamente; representantes da Polícia Rodoviária Federal e do Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; e o diretor de telejornalismo da RBS TV, Claiton Selistre. Ranzolin quer ainda o envolvimento das prefeituras municipais das cidades ao longo das estradas.

A idéia básica da campanha é diminuir o número de acidentes através de ações

preventivas e de divulgação dos trabalhos de fiscalização realizados pelos policiais rodoviários. Operações de sucesso, como a realizada durante a



Autoridades civis e militares discutem o "Abraço à vida"

Oktoberfest, comprovaram que o policiamento ostensivo diminui expressivamente o número de ocorrências. Na ocasião, a PM conseguiu inclusive a liberação de dois helicópteros solicitados ao Ministério da Justiça para reforçar a segurança. Isto no entanto só acontece em casos extraordinários, mesmo porque são quatro helicópteros para todo Brasil.

A falta de infra-estrutura e efetivo é o problema mais grave nos 460 quilômetros de estradas federais em Santa Catarina do que nas rodovias estaduais, onde o quadro é bem mais positivo. Nos 20 quilômetros da SC-401, por exemplo, trabalham 20 policiais diariamente. Em toda Capital, são 60 homens para 80 quilômetros de rodovias estaduais.

A sinalização deficiente nos trechos em obras e o estado de conservação precário são considerados os maiores aditivos à imprudência dos motoristas. Por isso a sinalização é uma grande prioridade da Campanha "Abraço à Vida". O DER estima que para sinalizar adequadamente as estradas estaduais seriam necessários R\$ 7 milhões.

O encontro encerrou com a decisão de reunir os representantes do DER, DNER, Detran, PM, Polícia Federal, Casa Civil e Assembléia Legislativa para elaborar um plano emergencial de operações. Definido isto, será criado um projeto de comunicação, trabalho a ser executado através da parceria com a RBS TV.

Governador sanciona lei criando novas Regiões Metropolitanas



de sua autoria, que serviu para alterar a

Uma das grandes conquistas do ano comemoradas pelo deputado Joares Ponticelli (PPB) foi a aprovação e o sancionamento por parte do Governador da Lei Complementar nº 186/99,

lei que dispõe sobre a regionalização do Estado.

Com a alteração o parlamentar passou a permitir que o governo do Estado estude a criação de mais quatro regiões metropolitanas além das três já existentes e em fase de implantação.

Sendo assim, no ano 2000 poderão ser apresentados na Assembléia projetos de lei para a criação das regiões metropolitanas de Tubarão, Criciúma, Lages e Foz do Itajaí.

Líder do governo

O pepebista encerra esta legislatura na condição de Líder do Governo. Ele ocupa o cargo em substituição ao deputado Paulo Bornhausem (PFL), que se licenciou para passar quatro meses nos Estados Unidos.

Ponticelli é também presidente da Comissão de Educação e representante da Assembléia no Conselho Deliberativo da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (Fatma).

PLENÁRIO

Aprovado substitutivo global do Prodec e Fadesc

Após ampla discussão nas comissões permanentes da Casa, audiências públicas e debates sobre o tema, os parlamentares aprovaram nesta segunda-feira o substitutivo global do deputado Onofre Agostini (PFL), relator da matéria, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (Fadesc).

O Prodec foi criado por lei em 1988, alterado em 1995 e agora passa a reger-se por esta lei. Vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, visa a concessão de incentivos a empreendimentos que gerem emprego e renda à população, incrementando os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual, além de contribuir para o desenvolvimento sustentado do meio ambiente,

dos municípios e desconcentração econômica das atividades produtivas.

O Fadesc, vinculado à Secretaria da Fazenda, será a estrutura financeira do Prodec, constituindo-se em recursos deste fundo os montantes que forem alocados anualmente no Orçamento Geral do Estado, os resultados de repasses de agências e fundos de desenvolvimento, as participações acionárias do Estado realizadas através do extinto Procape, o produto relativo a dividendos, amortizações e encargos financeiros resultantes de suas aplicações e outros que lhe forem legalmente atribuídos. A

Os incentivos do Prodec vão priorizar empreendimentos com elevado impacto econômico e maior índice de absorção de mão-de-obra.

Secretaria da Fazenda credenciará como agentes financeiros do Fadesc o Badesc, BRDE (agência de Florianópolis) e o BESC, enquanto banco público.

Os incentivos do Prodec vão priorizar empreendimentos com elevado impacto econômico e maior índice de absorção de mão-de-obra, desconcentração econômica, incremento nos níveis tecnológicos, indústrias não poluentes ou voltadas à preservação do meio ambiente e aqueles voltados às culturas do alho e da maçã.

Na mensagem anual à Assembléia, o Governador prestará contas do desempenho do Prodec e Fadesc, apresentando valores de financiamentos concedidos e empregos gerados, cabendo ao sindicato da categoria a que pertence o empreendimento atestar a veracidade do número de trabalhadores admitidos.

Assembléia aprova agência reguladora

De origem governamental, um dos últimos projetos de lei aprovados pelos deputados neste ano legislativo foi o que cria a Agência Catarinense de Regulação e Controle – SC ARCO, criada sob a forma de autarquia especial.

Vinculada ao Gabinete do Governador, essa agência será dotada de autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional e administrativa e vai regulamentar e fiscalizar as atividades dos agentes concessionários dos serviços públicos estaduais. Tem como funções definir padrões e procedimentos visando a adequação dos serviços às necessidades da economia e da sociedade catarinense e a defesa dos usuários contra eventuais abusos de poder econômico.

O quadro de pessoal da SC/ARCO será definido em lei. No período de estruturação o projeto prevê a convocação de servidores da administração estadual através de disposição.

Regulamentadas farra do boi e briga de galos

Temas dos mais polêmicos, envolvendo tradições folclóricas e costumes populares foram discutidos em plenário. De autoria do deputado Adelor Vieira (PFL) foi aprovado projeto que busca regulamentar a realização da Farra do Boi em Santa Catarina. Determina que a mesma poderá ser realizada desde que não haja tratamento cruel ao animal e não perturbe a ordem pública. A prática desta tradição açoriana dependerá de autorização que deve ser solicitada ao Delegado de Polícia local, indicando-se a área onde a mesma será realizada, horário e o nome do responsável pelo evento.

De acordo com a lei a Farra do Boi não poderá ser realizada em áreas urbanas, logradouros públicos ou terrenos baldios desprovidos de cerca apropriada, nem em período noturno, exceto em locais que possuam energia elétrica. Impede, também, que os animais utilizados na "brincadeira" sejam abatidos antes de decorridas 48 horas após o seu término.

Legalização das brigas de galo

A criação, exposição e realização de competições entre aves de raças combatentes fica normatizada com o projeto do deputado Altair Guidi (PPB), que define que as atividades esportivas do galismo serão realizadas em locais

próprios denominados rinhadeiros. A autorização para as competições será outorgada pelo poder público, mediante recolhimento de taxa, sendo que os locais deverão ser vistoriados anualmente para fornecimento de alvará como medida de segurança e proteção dos frequentadores. Esta prática é proibida em locais próximos a igrejas, escolas e hospitais.

Preservativos em locais especiais

A venda de preservativos masculinos em máquinas que deverão ser instaladas em banheiros públicos de aeroportos, rodoviárias, centros comerciais, restaurantes, bares, motéis e casas noturnas foi aprovado em projeto do deputado Manoel Mota (PMDB). A lei é aplicada a estabelecimentos com capacidade para abrigar mais de 200 pessoas. "Essa iniciativa que já é adotada em grandes centros tem se mostrado eficiente como mais um instrumento facilitador do sexo seguro, diminuindo o contágio por AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis", justificou o parlamentar.

PLENÁRIO

Estímulo ao primeiro emprego e após os 40 anos

Incentivos fiscais, destinação de alimentos e produtos perecíveis apreendidos e regulamentação para acompanhantes em hospitais públicos.

O Governador fica autorizado a conceder adicionalmente, como estímulo, até 100% dos incentivos fiscais de geração de emprego às empresas que no ato da contratação comprovarem a geração de primeiro emprego ou admissão a pessoas com mais de 40 anos de idade. A iniciativa é do deputado Cesar Souza (PFL), que incluiu no texto o preenchimento por parte de órgãos públicos de 20% das nomeações para pessoas acima dos 40 anos, ficando as empresas prestadoras de serviço ao Estado obrigadas a contratar 30% do pessoal com esta faixa etária.

Instituições de caridade

Alimentos e produtos perecíveis, apropriados para consumo e apreendidos no Estado, serão obrigatoriamente encaminhados à Fucabem, instituições de

caridade ou outras entidades de caráter social. O projeto já aprovado diz que a adequação ao consumo partirá de órgão competente da Secretaria de Saúde, pasta municipal congênera ou por pessoa capacitada. A prioridade para recebimento dos gêneros será da instituição mais próxima do local da apreensão ou daquela que disponha de meios para busca, transporte e armazenamento.

Acompanhantes

Os hospitais públicos e conveniados com o SUS em Santa Catarina deverão proporcionar meios que permitam a presença de acompanhante nas internações pelo Sistema Único de Saúde. Com a nova lei, também proposta por Cesar Souza, beneficiam-se menores de 18 anos e em casos especiais até 21 anos, recém-nascidos, idosos, portadores de



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Deputado Cesar Souza

deficiência permanente ou temporária ou pessoas em estado grave que necessitem do auxílio de familiares para suas atividades e hábitos diários.

Benefício para idosos

As pessoas idosas estão dispensadas do pagamento de taxas para confecção de segunda via de documentos de identificação pessoal quando os mesmos forem roubados. Este benefício foi assegurado com a aprovação do projeto de lei de autoria do deputado Gelson Sorgato (PMDB). Para tanto é necessário a apresentação da ocorrência policial em que conste o registro dos documentos roubados. Segundo o autor este procedimento visa impedir as dificuldades decorrentes da burocracia dos serviços públicos, que obriga a disposição de razoável período de tempo para a efetivação.

Ambulâncias e carros oficiais

Sorgato também obteve aprovação de projeto que estabelece gratuidade da ocupação de vagas para ambulâncias e veículos oficiais nas áreas de estabelecimento regulamentado ou especial do Estado, que funcionem em vias ou logradouros públicos de uso comum e exijam pagamento de preço instituído pelo poder público.

Recursos e campanha para a saúde

Aprovado projeto de emenda constitucional do deputado Volnei Morastoni (PT) que visa destinar mais recursos para a área da saúde. Trata-se de uma adequação da Constituição Estadual a projeto de emenda constitucional federal

que determinou que no próximo ano 7% da receita de impostos dos orçamentos da União e dos Estados serão destinados à área da saúde, chegando a 12% em 2004.

Controle de doenças

Em parceria com a deputada Ideli Salvatti (PT) Morastoni também obteve aprovação ao projeto que institui a política estadual de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e dispõe sobre a discriminação aos portadores do HIV. Prevê medidas pedagógicas como a realização de campanhas públicas, através de palestras, debates, cartazes informativos, vídeos educativos e mensagens em locais de realização de eventos públicos, a serem implementadas pelo órgãos governamentais.

Pelo projeto, o acesso ao diagnóstico laboratorial da infecção pelo HIV será facilitado através da implantação de rede de aconselhamento pré e pós teste anti-HIV na rede pública de saúde

Presídio feminino terá creche

As detentas do Presídio Feminino que possuem filhos passarão a contar com atendimento de uma creche no próprio espaço carcerário, matéria defendida pela deputada Odete de Jesus do Nascimento (PPB).

A parlamentar justifica o projeto pelo grande número de mulheres que ingressam no presídio em plena gestação, expondo diretamente seus filhos ao ambiente do presídio. "O Estatuto da Criança e do Adolescente impõe que se mantenha acomodação que facilite a permanência dos filhos com suas mães, evitando a desagregação familiar e social", defende Odete.

PLENÁRIO

Criadas promotorias de justiça e cargos de promotor e de juízes substitutos

De procedência do Ministério Público do Estado foi aprovado projeto de lei complementar que cria promotorias de justiça e cargos de promotor de justiça, na estrutura orgânica do órgão. Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do MP nove promotorias de justiça de entrância especial na Comarca da Capital, cinco de entrância final nas comarcas de Joinville, Blumenau e Brusque, três para Chapecó, duas em Criciúma e Itajaí e uma para cada Comarca com sede em Curitiba, Lages, Concórdia, Rio do Sul e de Tubarão.

Também foi redimensionado algumas promotorias nas Comarcas de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Joinville e Lages, que passarão a denominar-se Promotorias de Justiça da Coletividade. Essas promotorias terão como incumbência,

prioritariamente, a defesa do meio ambiente, do patrimônio público, da probidade administrativa, dos direitos coletivos dos consumidores e das garantias inerentes à cidadania e à pessoa humana. Criada ainda a Entrância Intermediária com a Promotoria Temática da Serra do Tabuleiro que ficará sediada em Palhoça e terá como atribuição prioritária a proteção jurídica do patrimônio natural, turístico e paisagístico do referido parque.

Foi criado também Promotorias de Justiça nas Comarcas de Balneário Camboriú, Indaial, Jaraguá do Sul e São José, e de Entrância Inicial nas Comarcas de Gaspar, Ibirama, Ituporanga, Rio Negrinho, Araquari, Armazém, Ascurra, Capivari de Baixo, Campo Belo do Sul, Camboriú, Catanduvas, Forquilha, Garopaba, Garuva, Herval do Oeste, Ipumirim, Itá, Itapema, Itapoá, Modelo,

Navegantes, Porto Belo, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Santa Rosa do Sul e Três Barras.

Em decorrência desta lei ficam criados nove cargos de Promotor de Justiça de entrância especial, 23 cargos de entrância final, sete cargos de entrância intermediária e 27 cargos de entrância inicial.

Juízes Substitutos

Aprovado projeto de lei complementar, de procedência do Tribunal de Justiça, que cria 65 cargos de juízes substitutos nos quadros da magistratura estadual catarinense e mais 27 cargos de assessores para assuntos específicos do TJ.

O preenchimento dos novos cargos compete ao Poder Judiciário e dependerá de adequação orçamentária. Este projeto é um desmembramento do projeto de lei complementar de criação de comarcas, varas e cargos já aprovado neste ano na Assembléia.

Ensino especial para surdos nas escolas públicas

O deputado Milton Sander (PPB) é o autor do projeto cujo substitutivo global foi aprovado nesta quarta-feira, reconhecendo oficialmente no Estado como meio de comunicação objetiva e de uso corrente a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dispõe sobre sua implantação como língua oficial na rede pública de ensino para surdos.

Pelo projeto a Língua Brasileira de Sinais fica incluída como conteúdo obrigatório nos cursos de formação na área de surdez em nível de 2º e 3º graus. Também nos currículos da rede pública de ensino dos cursos de magistério e de formação superior nas áreas de ciências humanas, médicas e educacionais. À administração pública cabe manter em seus quadros funcionais profissionais surdos e intérpretes da LIBRAS. Em suas repartições, bem como em estabelecimentos bancários e hospitalares, os surdos deverão ter atendimento especial através de intérpretes.

Milton Sander explica que a Língua Brasileira de Sinais propicia o desenvolvimento lingüístico e cognitivo da



Deputado Milton Sander

pessoa surda, facilitando o processo de aprendizagem de línguas orais. Serve ainda de apoio para a leitura e compreensão de textos escritos e favorece a produção escrita. “Os deficientes auditivos representam 10% da população brasileira. Desse total, 300 mil são surdos

profundos – não falam e não escutam. Estima-se que em Santa Catarina são 12 mil casos. O projeto da LIBRAS vai permitir que essas pessoas tenham a atenção necessária”, afirmou o parlamentar.

Deficientes Visuais

Com o objetivo de assegurar aos portadores de deficiência visual o direito de conhecer todas as normas de segurança em casos de emergências adotados pelas empresas de transportes de passageiros, foi aprovado projeto do deputado Joares Ponticelli (PPB) que obriga as empresas a adaptar sistema de segurança. Este procedimento deverá ser instalado junto às poltronas dos ônibus com escrita em relevo do tipo “braile”.

Nosso estado possui aproximadamente 25 mil pessoas portadoras de deficiência visual, segundo dados fornecidos pela Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC).

PLENÁRIO

Loterias e jogos

Aprovado projeto de lei do deputado Ciro Roza (PFL) que dispõe sobre o serviço de loterias, jogos e diversões eletrônicas do Estado. Determina que o serviço de loteria é um serviço público, com o objetivo de angariar recursos financeiros para o desenvolvimento da política estadual de assistência social e da política de fomento do desporto. Compete à Lotesc a operacionalização, administração e fiscalização dos serviços de loterias, sendo que da receita bruta aferida 10% será destinado ao Fundo Estadual de

Assistência Social. Poderão ser exploradas as loterias de números, instantânea, vídeo loteria, sistema lotérico "on line", real time, bingo, loteria convencional e loteria mista, sendo que cada modalidade deverá ser regulamentada através de edição de resolução pela Lotesc.

De acordo com a matéria, a modalidade bingo deverá ser autorizada com a finalidade exclusiva de angariar recursos financeiros destinados ao fomento ao desporto e ao custeio do sistema desportivo estadual.

Licitações públicas na Internet

Os poderes do Estado ficam obrigados a disponibilizar, em cadastro único para consulta na Internet, dados e informações relativas às licitações públicas realizadas pelos mesmos e por outros órgãos da administração estadual. A iniciativa é do deputado Rogério Mendonça (PMDB) e considera as licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso e leilão, divulgando os avisos a partir da data de publicação no Diário Oficial, contendo os resumos dos editais; a relação dos concorrentes, dos habilitados e dos classificados, por licitação; a vinculação dos recursos; a homologação do resultado e a justificação do objeto do contrato, com os preços vencedores do certame; o extrato do contrato e o preço único, a data e o fornecedor da última compra com relação a cada item constante das licitações em andamento.

Obrigações sociais

O pagamento devido às empresas prestadoras de ser-

viços contratadas pelo Estado somente será feito mediante comprovação prévia do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, referentes aos empregados incumbidos da execução destes serviços. A proposta de Mendonça considera para efeito da lei o pagamento dos salários e o cumprimento dos dissídios, o recolhimento do FGTS e de contribuições previdenciárias e o pagamento das parcelas incontroversas em caso de rescisão contratual.

Seguro

Obrigatória a veiculação de esclarecimentos sobre o seguro de danos pessoais, causados por veículos automotores em vias terrestres, no verso dos bilhetes de passagem dos ônibus das linhas intermunicipais. A matéria aprovada é do mesmo parlamentar e tem por objetivo informar aos usuários, quanto os seus direitos decorrentes do contrato de transporte em caso de acidentes.

Cancelamento das notificações fiscais

Concedido o cancelamento das notificações fiscais emitidas com base na Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF), ano base 1998. Esta determinação é assegurada com a aprovação do projeto de lei do deputado Herneus de Nadal (PMDB). Desta forma o Poder Executivo fica obrigado a restituir, no prazo de 30 dias, os valores eventualmente recolhidos aos cofres públicos, decorrentes das notificações fiscais ora canceladas.

Segundo o autor as milhares de notificações emitidas, além de não serem decorrentes de sonegação de ICMS, causaram enormes transtornos operacionais e administrativos às empresas, prejudicando de forma contundente sua operacionalidade.

A DIEF é um tipo de for-

mulário repassado anualmente pelas empresas à Secretaria da Fazenda. Nele constam todos os dados referentes à compra, venda, o patrimônio disponível, o número de funcionários e a receita anual de cada empresa. Por lei, todas precisam emitir essa declaração, normalmente entregues em abril. O preenchimento do formulário recai sobre o contabilista da empresa.

O projeto prevê ainda que as notificações fiscais aplicadas pela falta de entrega da DIEF também serão canceladas. A proposta do parlamentar surgiu após o recebimento de manifestações da Federação dos Contabilistas de Santa Catarina que não concorda com as notificações aplicadas pela Secretaria da Fazenda.

Seguro para policiais

Aprovado substitutivo global ao Projeto de Lei nº 147, da deputada Odete de Jesus Nascimento (PPB). Ele dispõe sobre a concessão de seguro de vida a policiais militares e civis. O seguro será pago ao beneficiário caso o policial morra no exercício da profissão. O valor não poderá

ser menor do que o último salário bruto de ambos os policiais, multiplicado por 12 vezes. "Este projeto corrige uma injustiça com os policiais civis e militares e suas famílias, que ficam em situação desesperadora após a morte no cumprimento do dever", justifica a parlamentar.

Parcelamento de multas de trânsito

As multas de trânsito com valor igual ou superior a 100 Unidades Fiscais de Referência (UFIR) poderão ser parceladas em até cinco meses, sendo que a quantia mínima para cada parcela é de 30 UFIRs. A proposta, aprovada em Plenário, partiu do deputado Altair Guidi (PPB) e deter-

mina que o proprietário do veículo solicite ao Detran o parcelamento da dívida, sendo que o órgão deve protocolá-lo a qualquer momento em caso de transparência e no prazo de trinta dias da expedição da multa recebida pelo correio.

GERAL

Assembléia vota mais um pacote de vetos

Mais nove vetos do Governador foram apreciados pelo Plenário. Deste total sete foram rejeitados e apenas dois mantidos. Derrubados vetos ao projeto que determina que os órgãos públicos da administração direta e indireta deverão dispor de um livro com o fim específico de receber reclamações, opiniões e sugestões populares, que deverá ser instalado em local visível e de fácil acesso aos interessados; ao que autoriza o Executivo a incluir no currículo escolar do segundo grau, das instituições de ensino de Santa Catarina, idioma estrangeiro que se identifique com a origem étnica predominante nas diversas regiões do Estado; ao projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de exigência, pelo Estado, às pessoas jurídicas de direito privado contratadas, para pagamento do preço ajustado, documento comprobatório da negativa de débitos tributários com o município em que foi realizada a



Líderes de bancadas em contagem de votos

obra ou serviço e ao projeto que cria o programa de vigilância epidemiológica dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais por uso de agrotóxicos no Estado.

Rejeitado ainda veto às alterações feitas na Lei 10.233/98 e que estabelece uma linha de correlação, assegurando aos servidores que conquistaram vantagem financeira decorrente do exercício de

função de confiança a percepção de valores fixados aos cargos em comissão; rejeitado ainda veto ao projeto que estabelece condições e critérios a serem observados para o exercício de cargos de direção na Administração Indireta do Estado. Entre outros critérios a matéria diz que a posse no cargo só ocorrerá após apreciação da documentação exigida ao candidato, pela Comissão de Fiscalização

e Controle, sendo facultada ainda a arguição pessoal do pretendente.

Finalmente rejeitado veto quanto à isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público para admissão no serviço público estadual. Ficam isentos os candidatos cuja renda não ultrapasse a dois salários mínimos, ou que esteja desempregado.

Mantidos

Ao projeto de lei que dispõe sobre o IPVA e determina que a importância paga pelo proprietário de veículo automotor, a título de pedágio nas rodovias de Santa Catarina, será deduzida do valor do IPVA, no exercício seguinte, desde que inferior a 50% do valor do imposto e ao que buscava criar a Ouvidoria Geral do Estado.

O outro veto mantido trata sobre a obrigatoriedade de transmissão de mensagem sonora ou visual em espetáculos e cinemas, advertindo sobre os prejuízos à saúde causados pelo uso de drogas, álcool e fumo.

Autorizado aumento de capital da Casan

Para equacionar o problema da dívida que a Casan tem com a Celesc no valor de R\$ 90 milhões, o governo encaminhou projeto que foi aprovado nesta segunda-feira propondo aumento do capital da Casan, com aporte de recursos pela Celesc. Pela justificativa do projeto a Celesc compromete-se em efetuar um aporte de recursos da ordem de R\$ 20 milhões, dando a Casan uma melhor estrutura financeira para a busca de financiamentos com as agências internacionais. Atualmente o capital social da

Casan é de R\$ 463 milhões, sendo 231 mil ações ordinárias e 231 mil preferenciais. O aumento do capital social fica autorizado até o valor de R\$ 110 milhões, representados por ações ordinárias e preferenciais, em igual proporção.

Dívida do INSS

Aprovado ainda autorização para o governo fazer acordo com a União e parcelar dívida das sociedades de economia mista estaduais, apuradas perante o INSS. As dívidas podem ser refinanciadas em separado por órgão

ou entidade e os percentuais a serem descontados do Fundo de Participação dos Estados (FPE) é de, no máximo, 4% para a administração direta, 3% para autarquias e fundações e 4% para empresas públicas e sociedades de economia mista. O prazo para o parcelamento pode variar de 96 a 240 meses.

Conselho Estadual da Pessoa Deficiente

Criado também o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conede), vinculado à Secre-

taria da Justiça e Cidadania, órgão colegiado, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de promover políticas públicas que assegurem assistência e atendimento especializados ao portador de deficiência, bem como eliminem a discriminação e garantam o direito à proteção especial e à plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Estado.